



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0035/13	DATA: 05/03/2013
INÍCIO: 14h52min	TÉRMINO: 16h38min	DURAÇÃO: 01h46min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h46min	PÁGINAS: 34	QUARTOS: 22

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Coordenadora do Conselho Tutelar de Altamira, Estado do Pará.
IRINA KARLA BACCI - Coordenadora-geral da Ouvidoria Nacional da Secretaria de Direitos Humanos.

SUMÁRIO: Coleta do depoimento da Sra. Lucenilda Dalce Monte de Lima, Coordenadora do Conselho Tutelar de Altamira.

OBSERVAÇÕES



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Nós declaramos aberta esta reunião. Nós temos hoje como objetivo realizar uma audiência pública com a Sra. Lucenilda Lima, que é Coordenadora do Conselho Tutelar de Altamira, Estado do Pará, a quem eu convido para tomar assento à mesa, agradecendo a sua presença. *(Pausa.)*

Antes, porém, nós vamos votar a ata. Tendo havido a distribuição das cópias da ata da 20ª reunião a todos os membros presentes, eu indago sobre a necessidade da leitura.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu peço que seja dispensada a leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Dispensada a leitura da ata a pedido da Deputada Liliam Sá.

Em discussão a ata. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Portanto, aprovada a ata da 20ª reunião.

Foi distribuída aos Deputados e às Deputadas a síntese das correspondências recebidas por esta Comissão. Os originais ficam sob a guarda da própria Comissão e estão à disposição, obviamente, para consulta, na Secretaria da CPI. A gente tem como prática, quanto a todas as correspondências recebidas, encaminhar cópia aos membros da CPI, deixando o original sob a guarda da CPI, à disposição para consultas.

Nós queremos informar que também foi convocada para prestar depoimento nesta Comissão a Sra. Maribel Corrêa Chenet, que é mãe de uma adolescente que foi vítima desse processo de exploração sexual. Entretanto, em função de uma série de impossibilidades, obviamente impossibilidades relacionadas ao caso que envolveu a sua própria filha, mas que serão brevemente sanadas, nós estamos adiando o depoimento.

O depoimento da Sra. Maribel acontecerá nesta Comissão, mas não acontecerá no dia de hoje, em função de uma série de imprevistos e



impossibilidades momentâneas oriundas do próprio evento e da vitimização que sofreu a sua própria filha. Nós vamos ter de tomar outras providências para que ela venha fazer o seu depoimento, e ela virá provavelmente na próxima semana.

Então, vamos ouvir o depoimento da Sra. Lucenilda Lima, que é Coordenadora do Conselho Tutelar de Altamira, Estado do Pará, está conosco à mesa e terá o prazo inicial de 20 minutos. Depois da fala da Conselheira nós passaremos a palavra para a Relatora, para que possa fazer os seus questionamentos, e aos Deputados e Deputadas que se encontrarem nesta reunião. Em seguida nós faremos os encaminhamentos precípuos deste processo e desta tomada de depoimento.

Lucenilda, eu queria agradecer a sua disponibilidade de estar aqui e parabenizá-la pela atuação, que foi fundamental para que houvesse o processo de desconstrução, que fosse desbaratado um espaço que servia como centro de exploração sexual, inclusive exploração sexual de adolescentes. É um processo de rota, de cárcere privado, pelo que nós temos conhecimento. O dono do estabelecimento, da boate, encontra-se em restrição de liberdade. Entretanto, um pouco das dificuldades que nós tivemos para que a mãe da adolescente estivesse aqui no dia de hoje — mas que serão posteriormente sanadas — é que os aliciadores estão em liberdade. Inclusive nós sabemos dos riscos, das ameaças que está sofrendo a mãe da adolescente. Nesse sentido, esta CPI, imbuída da responsabilidade que tem, tomará algumas providências para que o depoimento aconteça sem qualquer prejuízo para a depoente, até porque nós estamos aqui para poder dar luz ou colocar sob a luz da verdade, da Justiça e da própria legislação os processos de exploração sexual envolvendo crianças e adolescentes.

Portanto, passo a palavra para Lucenilda Lima. V.Sa. tem o prazo de 20 minutos para fazer a sua exposição inicial. Depois nós passaremos aos Parlamentares, que poderão fazer perguntas, se acharem pertinente, e vamos devolver-lhe a palavra em seguida.

Portanto, tem a palavra a Coordenadora do Conselho Tutelar de Altamira, Estado do Pará, que terá o tempo de 20 minutos.

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Boa tarde a todos e a todas. Na pessoa da Presidenta Erika Kokay eu cumprimento a Mesa, e na pessoa



da Relatora Liliam Sá eu cumprimento todos os demais presentes. Chamo-me Lucenilda Monte de Lima, sou conselheira tutelar há 3 anos em Altamira, e há quase 14 anos sou uma pessoa que trabalha na área da infância e da juventude naquele Município. Participo de movimentos sociais. Sou também do movimento de mulheres, muitas das quais naquela cidade já foram brutalmente assassinadas. Tenho um histórico de vida de lutas que vem desde minha mãe, que já foi Vereadora do Município de Altamira por dois mandatos, já foi conselheira tutelar também. Então, nós sabemos como são os problemas naquele Município. No dia 13 de fevereiro de 2013 eu estava no meu plantão no Conselho Tutelar quando fui procurada por um cidadão que não quis identificar-se quando chegou àquele órgão. Ele levou com ele uma adolescente de 16 anos de idade. No caso, ela faria naquela data 16 anos de idade. E chegando ao Conselho Tutelar, ele informou que teria encontrado essa adolescente no topo de uma ladeira, próximo ao Sítio Pimental, uma parte da obra do empreendimento de Belo Monte, e entregou a adolescente ao Conselho Tutelar. Foi quando nós a colocamos numa sala e fomos conversar. Ela informou ao Conselho que teria fugido de uma boate denominada Xingu, de propriedade do Sr. Adão; que ela estava lá há mais ou menos 2 semanas; que teria vindo de Santa Catarina em uma *van* com mais nove mulheres; dentre as nove, um travesti; e que todas estavam nessa boate sob cárcere privado, todas estavam lá com dívidas, cada uma, de R\$ 3 mil. E ficou a dívida da viagem de vinda do Estado de Santa Catarina para o Pará. E que ela mesma teria chegado no dia... Já era noite quando ela chegou, junto com as outras. Foi levada por dois homens a um restaurante que, a meu ver, é um restaurante de fachada, que fica às margens da Rodovia Transamazônica, de propriedade também do Sr. Adão. Chegando a esse restaurante, elas pernoveram e, pela manhã, o Sr. Adão levou, juntamente com o seu filho, todas elas, na sua caminhonete, lá para a boate. Essa boate... Volto. O restaurante fica no quilômetro 27 da Rodovia Transamazônica. A boate fica depois da entrada do quilômetro 27, num travessão, quase 40 quilômetros para dentro. Ocorre que, no momento em que nós fomos acionados e foi deflagrada a operação da Polícia Civil, Militar e Polícia Rodoviária Federal, para poder ter acesso à boate nós tivemos de passar por três guaritas de dentro do sítio de Belo Monte. Então, para eu poder chegar, juntamente com os demais, nós tivemos de passar por essas



três guaritas, sendo que uma das guaritas tinha um vigia, um vigilante que nos atendeu. E, quando nós chegamos lá, a gente deparou-se com uma situação que muitas vezes a gente vê em novela e diz que não é verdadeira. Ficção é uma coisa, e na pele é muito mais difícil. Até então... O Conselho Tutelar entrou juntamente com a Polícia nessa operação porque a adolescente teria informado que poderia haver mais duas nesse local que ela achava que eram adolescentes também, e que os pertences dela teriam ficado lá na boate, e que nessa noite em que ela fugiu ela teve de fazer três programas. Dois dos programas foram com funcionários do consórcio construtor e o outro com uma pessoa que ela não conhece. Depois do que aconteceu, ela conseguiu fugir, informando para as outras que ela ia pedir ajudar e retornar. Mas, voltando ao momento da ação, quando nós chegamos à boate, a Polícia entrou pra fazer o seu trabalho, e somente depois o Conselho Tutelar foi acionado, depois que a Polícia já teria adentrado a boate, teria feito o seu trabalho. Eu perguntei para as outras mulheres que estavam lá se conheciam a adolescente, e elas disseram que sim, que conheciam. Três delas informaram que dormiam no quarto com ela. Eu pedi que fosse levada até o quarto, para eu poder pegar todos os pertences dela, juntamente com outro conselheiro e uma policial da Polícia Civil. No momento em que eu entrei no quarto com as outras três, elas fecharam, encostaram a porta. Uma delas agachou-se nas minhas pernas e pediu ajuda. Ela disse: “Conselheira, me tire daqui, porque eu tenho filhos, eles estão correndo risco de vida em Santa Catarina. Eu estou aqui, ameaçada de morte. Se a gente fugir, a gente vai morrer”. Foi quando a outra olhou para mim e disse: “Quando T.C.” — que é a adolescente; as iniciais dela são T.C. — “fugiu, o filho do dono pegou a caminhonete e foi atrás, armado”. Ele estava portando uma arma de fogo, e os dizeres dele foram: “Eu estou indo atrás dela e volto com ela, morta, para que vocês possam ver”. Foi isso que as três me relataram, que ele voltaria com a adolescente, voltaria com ela morta. Graças a Deus, ele não conseguiu, não obteve êxito, porque apareceu uma pessoa e conseguiu levá-la até o Conselho Tutelar. Senão ele teria ido atrás e a teria matado, porque uns 2 meses atrás, antes da operação, teria havido uma situação nessa mesma boate, onde houve um tiroteio. Estava cheio de funcionários do CCBM e de outras pessoas da cidade mesmo, e o Sr. Adão levou um tiro no braço. Pela violência que a gente sabe que havia lá dentro, nós imaginamos que ele



poderia, sim, tirar a vida dela. Só que, depois que nós ouvimos esses relatos, eu decidi, como Conselheira, chamar o delegado que estava na operação, Dr. Rodrigo Spessatto. Chamei o delegado e passei o que elas teriam dito a mim naquele momento. Quando eu passei a situação, o delegado pediu que as três fossem lá para o salão da boate. Aí foi quando as três tiveram coragem e disseram que tinha um caderno grande com várias anotações, com dívidas de todas elas, todas no caderno. Eu cheguei a ver o caderno, olhei página por página, caderno grosso, grande, informando o nome de cada uma delas. Todas já chegaram com dívida de R\$ 3 mil. Em depoimento, todas informaram que só poderiam dormir meia hora. Eram acordadas com tampas de panela sendo passadas na parede. Como eram de tábua e tinham aquelas ripazinhas que separavam, eles batiam na parede para que elas não dormissem mais. Todos os quartos, cubículos minúsculos, todos sem entrada e saída de ar, não tinham janela. As portas, todas elas com tranca e cadeado pelo lado de fora. Nenhuma fechava por dentro, todas eram por fora. A Polícia fez com que o capataz, o Alemão, abrisse todos os outros quartos que estavam fechados, porque nós achávamos que ainda existia alguém lá por dentro, mas não havia mais. E foi caracterizado, foi filmado. O Conselho Tutelar tem as suas imagens, a Polícia tem as suas imagens. Foi caracterizado com tudo que foi dito, cárcere privado, foi caracterizado o tráfico de pessoas. Todas já chegaram com dívida, todas. A tendência era só aumentar a sua dívida. Nessa mesma noite, por volta de 23 horas, nós conseguimos sair de lá. Tinha chovido. E todo o mundo sabe que na Transamazônica a situação é difícil. Nós estávamos só com três viaturas, que eram para estrada de chão, e conseguimos trazer as jovens junto com a gente, mas faltou espaço nos carros para que as outras viessem. Foi quando foi deflagrada a outra operação, no dia seguinte, quando foram retiradas as outras que estavam na boate, porque lá há uma boate, do lado já estava sendo concretizada uma, e outra já em início de construção. E, por exemplo, ele pagava pelo alvará, e prestei atenção a isso também, ele tirou cópia desse alvará, e já estava fixada na outra boate uma cópia do alvará da primeira. Então, primeiramente, para eles estava tudo normal. Um detalhe: todas disseram que, no momento que nós chegamos, o Sr. Adão estava lá, tirando dinheiro do caixa, ele e a esposa. É tão certo que a caminhonete dele ficou lá fora, com a carteira dele, celular, várias coisas dentro da caminhonete, e eles



empreenderam fuga para dentro do mato, e a Polícia não pode ir atrás, até porque eles conhecem lá melhor do que ninguém. O que aconteceu foi isso. Voltando para as moças, todas elas foram levadas para a Delegacia de Polícia. Na noite que aconteceu a situação, nós não tínhamos um local específico para que pudéssemos colocar todas elas. Eu tive de fazer uma coisa que estava fora... Eu não tinha como levar para a minha casa, nem tinha como colocar em hotel, até porque elas estavam correndo risco de vida. Na Delegacia não tinham como ficar. Eu coloquei todas as quatro em um abrigo infantil, lá em Altamira. Eu, como Conselheira, burlei a lei, fui de encontro à lei, mas eram quatro pessoas que estavam correndo risco de vida. Eu pedi que fosse desocupado um dos pavilhões — as crianças estavam em segurança — e separei, deixei as quatro lá para que elas pudessem pernoitar. Pela manhã já tirei todas, por volta das 7 horas da manhã, e apresentei à Superintendência, até porque todas elas não queriam ficar longe do Conselho. Achavam que perto dos dois Conselheiros, que éramos eu e o Conselheiro Josivam, elas estariam mais seguras. Graças a Deus não estava na minha competência, como Conselheira Tutelar, porque não se tratava mais de adolescentes, mas estava na minha competência de cidadã, de mulher, de movimento de mulheres. Procurei a SEMUT do Município, na pessoa da Secretária de Promoção Social, informei a situação através de ofício, pedi que todas elas fossem levadas para um local seguro, elas tiveram acompanhamento com psicólogo, com assistente social, e foram levadas para a Casa do Migrante, que foi uma casa construída pela Norte Energia, em Altamira, onde são colocadas essas pessoas que migram para o Município de Altamira, e graças a Deus elas tiveram um apoio muito grande do Município nesse caso, nessa situação que elas estavam passando. E, quando foi perguntado para todas elas se elas queriam voltar, as 18 que estavam na casa, que foram tiradas de lá, voltaram todas, todas do Sul. As que voltaram eram dos Estados do Sul, e as que já estavam na boate, que já ficavam lá antes de essas chegarem, era uma do interior de Goiás e uma de Redenção, no Pará. Antes de essas moças chegarem já existiam outras, mas essas, maiores de idade, uma com 27, outra com 29 anos, disseram que estavam lá porque queriam, que se prostituíam porque queriam, que era a maneira de elas terem o ganho delas, tinham família para sustentar. Essas foram tiradas também da boate, porque foi fechada, e elas decidiram voltar, também foram



mandadas para o seu Estado de origem, para sua cidade de origem. E, de acordo com a proporção que tomou essa operação, o Governo do Estado do Pará preocupou-se, na pessoa do Governador, e mandou uma equipe para Altamira, porque eu vejo assim: que o nosso Município sempre sai na mídia com coisas ruins, como na época da emasculação que houve em Altamira, daquelas crianças, com tudo que já aconteceu de ruim. Eu penso que isso vai servir de lição, porque, se tivesse tido realmente responsabilidade das pessoas, do Governo Federal, do Governo Estadual, até mesmo do meu Município, não estaria acontecendo o que aconteceu dentro de Altamira, porque Altamira é uma cidade em que nós tínhamos 90 mil habitantes e hoje nós estamos com mais de 200 mil habitantes. Nós temos hoje o nosso Conselho Tutelar com cinco Conselheiros, do qual eu faço parte, e eu sempre digo que a porta de entrada de toda a problemática e de tudo que acontece no Município é o Conselho Tutelar de qualquer cidade, porque é lá que aquele pai que vem do Estado do Maranhão trazendo seus filhos vai para pedir uma vaga na escola, uma vaga na creche, e muitas das vezes nós estamos dizendo que não. Estamos fazendo encaminhamento ao Ministério Público, por quê? Porque as tais faladas condicionantes que foram acertadas do Governo Federal em relação a tudo que tinha que ser feito no nosso Município não estão sendo tão cumpridas como eram para ser. Então, eu penso, como moradora, como filha daquela terra: não sou contra o progresso; que venha o progresso, mas que venha com responsabilidade. Que o nosso Município possa estar preparado para receber um empreendimento desse que está avançando a cada dia, a obra está avançando, enquanto as condicionantes estão paradas, estão indo empurradas em carrinhos de mão. Para mim, é muito doloroso, como mãe. Eu tenho meus filhos, que são filhos daquela cidade também, e tenho certeza de que não adianta a pessoa dizer que é culpa... Tudo agora se culpa Belo Monte. Infelizmente, no dia em que houve a operação, para eu chegar à boate, passei por dentro do Sítio Pimental. Sou sincera, foi lá por dentro, então, será que ninguém via o que estava acontecendo? O próprio delegado, quando eu cheguei à Delegacia, que não foi o delegado que presidiu a operação, um deles olhou pra mim e falou: “Não, mas eu estive lá um dia desses, falei com essa moça, e essa moça não falou nada”. Aí ela disse: “Não podia falar, porque se eu falasse, eu morria”. Falou na cara do Delegado Lindoval, porque eu não tenho por



que não dizer o nome, foi ele próprio que me disse isso. Então, todo o mundo sabia daquela boate. A Polícia sabia, todo o mundo sabia. Agora, não tomavam providência; por quê, eu não sei. E outra coisa que quero deixar clara é a questão da jurisdição. Essa boate está dentro do Município de Vitória do Xingu, não pertence a Altamira. O que aconteceu? O Conselho Tutelar atuou nessa situação pela proximidade. Do local da boate ao Município de Vitória do Xingu são aproximadamente 100 quilômetros, e do local da boate pra Altamira são aproximadamente 50. Então, a proximidade é do Conselho de Altamira. Por isso a atuação do Conselho Tutelar. E, de acordo com tudo que foi feito, foi deflagrada mais uma operação, onde foram fechadas mais cinco boates em Altamira. Todas elas tinham mulheres de outros Estados, e estava caracterizado que viviam em exploração, todas exploradas sexualmente, porque nas malas de cada uma as etiquetas: todas vieram de avião. Então, significa que todas chegaram com dívida. A maioria delas respondeu para as delegadas que não, que não tinham dinheiro, que não estavam trabalhando, mas todas com roupas boas, todas vieram de avião. Na maioria das boates tinha mulheres do Sul, do Goiás, do Maranhão. Então, está mais do que clara a questão de Altamira estar hoje recebendo uma demanda imensa de pessoas, de mulheres que estão sendo aliciadas de uma forma, de uma forma elas estão sendo aliciadas, adolescentes que estão sendo aliciadas, estão sendo levadas para Altamira para serem prostituídas, para serem mantidas em cárcere privado, para serem pessoas que estão vivendo em uma situação lamentável. Graças a Deus, mais uma vez eu digo: deu certo a operação da Polícia, e que haja mais operações dessa forma, e que haja mais responsabilidade. Informo também para todos que “seu” Adão, a esposa, o Alemão e o filho estão presos em Belém. Todos estão presos, graças a Deus e graças ao trabalho excelente da Polícia, que era para ter sido feito antes, não só depois que a adolescente fugiu. E se ela não tivesse fugido? A boate estaria do mesmo jeito, a outra já estaria funcionando e a que estava no começo já estaria terminada. Então, significa que tem de haver realmente critérios nessa parte, tem de haver policiais e delegados responsáveis que não compactuem com esse tipo de crime, porque nós tivemos a informação de que na inauguração, em julho do ano passado, tinha dois delegados dentro da inauguração da boate, e isso é muito vergonhoso para a gente, saber que autoridades que não



deveriam estar naquele local e que não deveriam liberar o alvará de funcionamento estavam naquele local. Tanto liberaram o alvará como estavam no local. Não é uma coisa certa. Mas pessoas chegaram a me dizer, uma das próprias meninas, das mais antigas que estavam lá, que havia delegado participando da inauguração. Então, mais uma vez, digo a todos vocês que é vergonhoso, mas que sirva de lição. Que a gente possa coibir esse tipo de crime, que possa dar um basta, que nossas crianças e adolescentes sejam respeitados de fato, que o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente realmente seja respeitado. É tudo que eu peço. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Quero agradecer o depoimento e anunciar a presença da Sra. Rejane de Almeida, Deputada Estadual do Rio de Janeiro pelo PCdoB. É um prazer tê-la nesta discussão.

Passo a palavra para a nossa Relatora, a Deputada Liliam de Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Boa tarde a todos.

Vou acabar mudando meu nome para “de Sá” mesmo. *(Risos.)* Todo o mundo diz “de Sá”, então vou colocar esse “de”, como Sandra Sá fez.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Em primeiro lugar, eu quero parabenizar Lucenilda Lima pela coragem e pelo enfrentamento de uma situação dessas, e por estar conosco, trazendo informações tão preciosas para esta Comissão. Eu quero dizer que, por tudo que você falou e a mídia tem divulgado, existe uma quadrilha especializada em tráfico humano e em exploração sexual de mulheres, tanto adolescentes como jovens mulheres.

Nós vimos que as rotas desse crime são três. São três as rotas que eles usam. Então, esse tráfico interno, a exploração sexual interna, dentro do nosso País, é uma coisa que tem de ser desbaratada, e esta CPI está trabalhando nesse sentido. Acredito que não só três pessoas deveriam estar presas. Há mais pessoas envolvidas nisso, como quem deu o alvará de funcionamento. Não existia fiscalização. Por que havia autoridades envolvidas com essa boate?

Das três rotas que foram constatadas, uma começa na região de Marajó e vai para a Guiana Francesa, outra vai da região metropolitana de Belém para o Suriname e a terceira rota parte do Sul e vai para o Pará, como aconteceu no caso



dessas jovens. Eu acredito que deveria haver mais adolescentes com a documentação alterada, com documentos falsos, o que também deveria ser investigado.

Sabemos da conivência também de policiais envolvidos nesse crime. Sei que D. Maribel — ontem eu conversei com a tia dessa jovem — está com muito medo, e estava com medo de vir a esta CPI prestar esclarecimentos, porque existem pessoas influentes envolvidas nessa rede de exploração sexual e de tráfico humano.

Como você disse, Lucenilda, aquela menina fez programa com um construtor. Foi isso o que você disse? Você tem o nome desse construtor? De onde é? O que faz? Nós sabemos da questão das grandes obras, do canteiro de obras, e tem de ser investigado isso. Depois a nossa Presidente vai falar mais, porque ela tem total interesse nessa área.

Você foi ameaçada? Você está sendo ameaçada? Você precisa de proteção desta Comissão para resguardar a sua vida? E essas mulheres? Qual era a idade dessas mulheres que você encontrou lá? Foi checada a documentação para saber realmente se elas estavam com documentos falsos? Na questão desse rapaz que fez ameaças de morte a essas meninas, o que fazia com que ele tivesse essas costas quentes? Para ele poder matar, trazer etc., ele deve ter um aparato. Deve haver pessoas influentes envolvidas nessa situação. Eu gostaria que você esclarecesse isso a esta CPI, para que a gente pudesse ter um rumo.

Nós vamos fazer uma diligência. Ainda não marcamos o dia, mas na quarta-feira nós vamos estar no Pará. Queremos ouvir algumas pessoas. Acredito que a Polícia — Federal e Civil — tem de fazer uma investigação mais apurada no local.

Quanto ao Ministério Público, quais foram as providências que o Ministério Público tomou em relação a tudo isso? Como vocês estão trabalhando nesse sentido? Elas estavam muito intimidadas, com muito medo de comparecer a esta Comissão no dia de hoje. Então, eu quero saber de você quem são essas pessoas. Você tem o nome dessas pessoas? Você tem uma linha de informação ou alguém que possa passar essas informações a esta CPI?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Tem a palavra, então, a Sra. Lucenilda, para que possa responder aos questionamentos feitos.



A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Quando a adolescente me disse que teria ficado, naquela noite em que ela fugiu, com três pessoas, ela disse que duas pessoas eram do Consórcio Construtor; a outra ela não sabia. Ela sabia que era do Consórcio porque alguém deve ter dito a ela, ou até mesmo eles. Em relação à questão da ameaça, eu não estou sentindo-me ameaçada, até porque eu venho fazendo um trabalho em Altamira. Por último, agora eu consegui fazer com que fossem afastados do Quartel da Polícia Militar, do Batalhão de Altamira, 183 policiais, entre eles o sargento e o tenente, todos da ROTAM, que estavam fazendo um trabalho malfeito em Altamira. Eles foram mandados pelo Governo do Estado e são pessoas que não têm um pinga de respeito pelo ser humano. Pegaram adolescentes, queriam fechar boca-de-fumo, queriam fazer tudo isso, mas torturando adolescentes. Pegaram uma adolescente grávida e a torturaram em cima de um formigueiro. Ela chegou a abortar. Com tudo isso, nós fizemos as denúncias e eles foram afastados. Então, eu não me sinto ameaçada, porque, se fossem fazer alguma coisa, já teriam feito comigo. Até então, estou sentindo-me firme e forte com Deus. Em relação à questão de quem está preso, estão presos “seu” Adão, a esposa dele, Alemão, que era o capataz, o gerente, que é Fabrício, filho do casal, e há mais outras pessoas. De acordo com a Dra. Christiane, Delegada da Polícia Civil em Belém — eu estive conversando com ela antes de vir, eu liguei para ela —, “seu” Adão já responde a processo em relação a Jirau, esqueci o nome da cidade. Ele já responde a processo pela mesma prática. Pela mesma prática, “seu” Adão.

Então, isso é sinal de quê? Eu não preciso entender. Está claro que, se ele veio lá de Jirau para Altamira, alguém está intercedendo, alguém está dizendo: “Lá que é o local, lá que é o canal, lá é que você vai conseguir dar continuidade à sua criminalidade”. Então, cabe à polícia investigar. Não cabe ao Conselho Tutelar, não cabe ao movimento de mulheres ou aos movimentos sociais. Cabe à polícia investigar e saber por quê, se ele já responde a processo lá, veio para o Pará, para Altamira. Em relação à D. Maribel, eu não cheguei a conversar nenhuma vez com ela, mas entrei em contato com o Conselho Tutelar daquele Município. Ela está muito apreensiva, com muito medo do que pode acontecer com ela, porque se trata de uma quadrilha. Eles vão querer, de qualquer forma, eliminar aquelas pessoas que estão fazendo denúncias contra eles. Se esses já estão presos, os demais estão



soltos. Então, a gente corre perigo, sim. Eu não vou dizer que eu tenho as costas largas, que não posso levar um tiro e não posso morrer. Nós estamos sujeitos a tudo isso, mas, se eu me calar, eu vou estar calando várias adolescentes, várias jovens que estão por aí, sujeitas ao mesmo crime, com o mesmo problema. Então, essa é a situação que tem de ser vista e realmente desvendada para que a Polícia faça o seu trabalho de verdade. Quando eu disse que havia dois delegados na inauguração, não sei de quem se trata. Foi uma das meninas que informou que havia Polícia. Eu perguntei quem, ela disse que era um delegado. Foi o que ela passou para a gente lá na Casa de Apoio em que elas estavam. Em relação à questão do alvará, quem passou o alvará foi um policial civil. Ele é o responsável, em Altamira, por dar o alvará. Por exemplo, “seu” Adão chegou à Delegacia e pediu um alvará de funcionamento para bar e restaurante. Estava afixado na parede da boate dele “Bar e Restaurante”, não estava dizendo que era uma boate.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Estava no nome de “seu” Adão?

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - No nome de “seu” Adão. Desse alvará ele tirou uma xérox, pois já estava afixada na parede da outra boate que ele ia inaugurar naqueles dias. Quem faz todo esse trabalho é o Investigador de Polícia Barros, em Altamira. Está sendo dito por várias pessoas que ele está agindo de má-fé nessa parte do trabalho dele. Foi ele que deu o alvará, é ele que trabalha em toda essa parte de alvarás. E não só para essa boate, ele deu também para outras boates.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Mas lá em Altamira há ou não Prefeitura?

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Existe o alvará da Prefeitura e existe o da Polícia Civil, que tem de ser dado.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então, ele conseguiu só o da Polícia Civil. E o da Prefeitura?

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Eu não posso informar a V.Exa., Deputada, porque pertence à Vitória do Xingu, e não a Altamira.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Entendi. Então, o casal é esse aqui, essa senhora e este senhor que saíram na reportagem? São esses?

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Exatamente.



A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Esses estão presos, mais o filho?

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Mais o filho e mais Alemão, Fabrício e Alemão.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Esse Alemão intimidava as mulheres? Ele tomava conta das mulheres que estavam encarceradas? Por isso é que ele foi preso?

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Exato. Em relatos de cada uma delas, elas disseram que...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - É Alemão por apelido ou porque é descendente de alemães?

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Ele é do Sul. Esse rapaz é do Rio Grande do Sul.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Ah, está explicado.

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Todos eles são do Rio Grande do Sul. Não há nenhum de outro Estado, não.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Então eles foram trabalhar lá para explorar aquele local, não é?

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Exato.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Porque ali teriam, vamos dizer, facilidades, como essa do alvará, e estariam traficando as mulheres do Sul para lá. É uma rede mesmo.

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Eu tenho aqui em mãos o depoimento da própria adolescente. Está aqui, o original. Está comigo. Aqui está a certidão de nascimento dela, que comprova os 16 anos de idade. Chegaram a noticiar que o Conselho Tutelar estava querendo entrar na mídia, metendo-se em locais onde não havia adolescentes. Eu comprovo que o Conselho entrou, atuou a partir do que era para ser feito. Está aqui: 16 anos. Está bem aqui a autorização de viagem dela, dada pelo Juiz do Município de Altamira, Dr. Luiz Trindade. Ela teve que viajar acompanhada para a Capital, para Belém. Havia um conselheiro tutelar. Eu não quis ir com ela até porque, onde a gente fosse vista... Como eu tinha saído na mídia, eu não quis expor mais a adolescente e pedi que outro conselheiro a acompanhasse. Fiz todo o trabalho que era para ser feito. Informe o Programa de



Proteção a Crianças e Adolescentes — PPCAAM do Estado do Pará de toda a situação. Fiz a pré-avaliação dela. Está aqui a pré-avaliação. Aqui está a pré-avaliação da adolescente. Ela foi incluída na pré-avaliação do PPCAAM. Foi tudo feito. Fiz um relatório para Luciana Lima, Coordenadora do PPCAAM. Vou mostrar. Mandei um ofício informando que já tinha feito a pré-avaliação. Mandei outro ofício para o Sr. Bruno Teixeira, Ouvidor dos Direitos Humanos, para a Secretaria de Direitos Humanos, com cópia da certidão de nascimento, com cópia do depoimento da adolescente e do relatório do Conselho Tutelar, para que a Secretaria de Direitos Humanos tomasse ciência e soubesse de tudo que estava acontecendo. Então, isso tudo o Conselho fez, para que todos ficassem sabendo do que aconteceu, do que estava acontecendo, ou seja, que Altamira estava na mídia, mas existiam pessoas que realmente estavam tendo o compromisso de investigar, de resguardar aquela adolescente de tudo que estava acontecendo com ela. Quando a senhora me perguntou, Relatora, em relação ao Ministério Público; existe, sim, o Ministério Público Estadual em Altamira. Ele está tomando conta da situação, pois foi informado pelo Conselho Tutelar. Por sinal, no dia de a adolescente viajar eu estive com o Promotor do plantão no sábado, conversei com o Dr. Rodrigo, passei para ele a situação, ele pediu que eu fosse ao Juiz de plantão para poder pegar a autorização de viagem. Ele também falou que é preocupante atuar em casos dessa natureza, até porque ele se preocupa até com a vida dele. O próprio promotor disse isto: que é preocupante para qualquer Promotor entrar numa situação dessas, pela gravidade que tem. E para nossa surpresa, eu fiquei muito feliz ao receber um ofício da Dra. Thaís, Procuradora do Ministério Público Federal, pedindo informações. Eu fiz um relatório e mandei-o para ela na quinta-feira, informando toda a situação. Bruno, da Secretaria de Direitos Humanos, esteve em Altamira. É um parceiro do Conselho Tutelar. Sempre que precisamos, entramos em contato, e ele está sempre pronto para nos atender. Participou dessa reunião Bruno, participou a procuradora do Ministério Público Federal, o Ministério Público estadual, o Conselho Tutelar, a Polícia Civil. Então, a rede tem de funcionar, todos têm de estar juntos para que possa dali sair uma ação para tentar parar com isso, acabar com isso, porque eu estou — com sinceridade, gente — revoltada. Eu amo a minha terra, eu amo o meu Rio Xingu, eu amo tudo que há em Altamira. Nasci e criei-me lá há 38 anos. Meus



pais são de Lá. Então, o meu Pará é maravilhoso. Portanto, que se mostrem coisas boas, que venham coisas boas para que possa o Brasil ver também, não só essa parte ruim que os outros estão trazendo para nós. Não somos nós, são os de fora que estão trazendo. Tudo que está acontecendo de ruim não está sendo feito pelos altamirenses. Nossos problemas sabíamos como resolver. Nunca entramos na mídia com situações tão graves, e agora estamos dessa forma.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Aqui estão os representantes da Secretaria de Direitos Humanos, e nós gostaríamos de saber quais foram as providências tomadas. Nós sabemos que a Ouvidoria acompanhou o caso no local, e a Relatora faz essa pergunta. Mas, antes, eu vou fazer algumas perguntas para Lucenilda.

Primeiro, ao que tudo indica, é um esquema que está acoplado à realização de grandes obras. Você mesma dizia que essa pessoa que está presa já tinha um processo por crime semelhante na região de Jirau, na hidrelétrica de Jirau, que fica nas proximidades de Porto Velho, em Rondônia. Então, portanto, uma das providências que deveríamos tomar deveria dizer respeito, primeiro, a uma publicação ou a um sistema para que houvesse o impedimento das pessoas que estão envolvidas em outros procedimentos, para que não se instalassem no local.

Mas eu não tenho dúvida, pelo que foi dito — e você mesmo dizia que a população era de 90 mil habitantes, hoje está em 200 mil habitantes —, que houve um adensamento desorganizado e absolutamente não planejado da cidade. E houve a entrada na cidade de várias pessoas para realizar as obras. A boate, parece-me, eu queria que você confirmasse, foi construída na perspectiva de atender aos operários da região de Belo Monte, da construção de Belo Monte. Parece-me até, e eu queria que você confirmasse isso, que há vídeos envolvendo engenheiros mantendo relações sexuais com adolescentes. E também houve, ou está havendo, a construção de repúblicas para os operários que vão trabalhar nas obras, as quais seriam também palco de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Eu queria que você confirmasse isso, ou seja, se é um esquema que se constrói ou, pelo menos, aprofunda-se a partir dos canteiros de obras. E, ainda, se houve alguma preparação, do ponto de vista social, de minimizar os impactos, particularmente no caso dos direitos de crianças e adolescentes, em função da



existência de grandes obras, porque estamos defendendo aqui que haja não apenas o licenciamento ambiental — o licenciamento, na verdade, é socioambiental —, mas que também haja as condições necessárias para que não haja o recrudescimento da violação de direitos das crianças e adolescentes, em função da construção de grandes obras naquela localidade.

Eu gostaria que você pudesse confirmar isso: se há vídeos que apontam a participação de pessoas encarregadas das grandes obras nos casos de exploração sexual; a existência de repúblicas acopladas aos canteiros de obra, que seriam palco também de situações de exploração sexual; se há algum tipo de envolvimento que você saiba ou de que tenha notícia das empreiteiras, eu não digo envolvimento direto, mas qualquer tipo de envolvimento, direto ou indireto, com o recrudescimento da situação de exploração sexual no Município; e se houve, como eu disse, algum tipo de preparação do Município.

Parece-me que há um Conselho Tutelar para atender 90 mil habitantes, e, de um dia para outro, a população da cidade triplica, ou quase triplica, pois fica com 200 mil habitantes. Obviamente, um conselho tutelar construído para determinado raio de atendimento fica insuficiente, na sua ação, por melhor que ele seja, para o atendimento de um adensamento tão grande.

E eu gostaria que nós pudéssemos trabalhar na adoção de medidas que fossem premissas para a concessão do licenciamento de construção. Ou seja, da mesma forma que temos premissas trabalhadas do ponto de vista ambiental, que também as tivéssemos do ponto de vista social, porque há uma migração. As rotas que existem no Brasil, que são rotas internas — e a Deputada Liliam Sá tem dito que é importante que a gente tenha o olhar pelas rotas internas, pois se tem notícias de mais de 200 rotas de exploração sexual de crianças e adolescentes no Brasil, grande parte concentrada na Região Norte —, têm uma mobilidade. As rotas, em função das construções, elas modificam-se. O de que nós temos notícia é de que essas adolescentes foram aliciadas no Sul do País, passaram 6 dias em uma *van*, e que se alia à exploração sexual a existência de trabalho escravo. Elas chegaram à localidade endividadas e tiveram de ficar numa espécie de cárcere privado para poderem, enfim, pagar uma dívida que não foi dito que elas teriam. Então, portanto,



há uma mobilidade das rotas. As rotas vão flexibilizando-se de acordo com a realização de grandes obras.

Nós também temos a preocupação, no que diz respeito à existência dessas rotas, ainda que seja de forma transitória, de que elas sejam carregadas pelos grandes eventos, os quais, via de regra, também envolvem grandes obras. Agora nós estamos falando de uma cidade, ou de uma obra em Belo Monte, que fica isolada de várias outras cidades. Ela fica distante das cidades, ela constrói-se no meio de um local distante em relação a centros urbanos mais consolidados, e lá são despejados milhares de homens. E aí eu queria que você confirmasse — e apenas vou repetir — o envolvimento de construtoras, a fim de possibilitar as condições para que exista esse tipo de... Ainda que as construtoras não tenham envolvimento direto com a construção dos espaços para a situação da exploração sexual, se elas têm conhecimento disso, de que existe esse tipo de atividade, enfim.

E, por fim, penso que esta Comissão — não sei o que pensa a Deputada Liliam — deveria estar trazendo ou colhendo o depoimento *in loco*. Se nós, realmente, tivermos condição de fazer essa diligência nos próximos dias, e a diligência já está aprovada, apenas devemos verificar se temos condições operacionais de realizá-la na próxima semana ou o mais brevemente possível, esse delegado ou agente, quem quer que seja, tem de ser convocado por esta Comissão. Então, vamos depois colher o nome dessa pessoa para que possamos convocá-lo a prestar depoimento. Ao que tudo indica ele beneficiava-se da situação de exploração sexual, e além disso ele é responsável pelo alvará.

Por isso é que falamos das condições e premissas; é porque deve haver mais rigor para os espaços de lazer, particularmente bares e restaurantes que funcionam como boates, o que obviamente não era desconhecido do conjunto das autoridades locais. As autoridades locais seguramente sabiam que ali não funcionava nem um bar, nem um restaurante, ou que pelo menos a atividade prioritária do estabelecimento não era atividade de bar e restaurante, mas era uma boate. Então, havia o conhecimento, mas se constrói uma crosta de proteção para a situação de exploração sexual, o que inegavelmente envolve as autoridades.

Penso que esta Comissão — e vamos apresentar requerimento nesse sentido — deve convocar para depor o Prefeito do Município e o responsável pela Polícia



Civil, até porque se aprende também pela dor e se constroem as rotas necessárias para assegurar os direitos de crianças e adolescentes e os direitos humanos em geral também pela dor. Portanto, que possamos fazer essa convocação, para trabalharmos na perspectiva de que tenhamos condições e premissas bem nítidas para impedir que isso se transforme numa rotina.

É muito mais grave — e eu encerro com isto — o caso a partir da informação de que isso já aconteceu em Jirau e foi para Belo Monte, na proximidade de um canteiro de obras, inclusive com construção de repúblicas, com vídeos, enfim, que podem ter outras finalidades. Eu gostaria de se você pudesse dizer não apenas se existem os vídeos, mas, em havendo, qual era a intenção da elaboração desses vídeos. Qual a intenção que se tinha ao filmarem essas situações criminosas de exploração? Então, eu queria que você me respondesse.

Antes, porém, concedo a palavra a Deputada Liliam Sá.

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Eu quero só acrescentar na sua fala, Deputada Erika Kokay, que nessa questão de o alvará estar escrito “Bar e restaurante”, para a maioria das boates em funcionamento no Brasil, quando se vai verificar, no alvará está escrito: “Bar e restaurante”. E são essas boates que trabalham com exploração de mulheres. Isso seria muito importante para esta CPI, ou seja, que ao final fosse apresentado projeto de lei proibindo esse tipo de coisa.

Eu quero também acrescentar aos seus requerimentos que também sejam convocados os empreiteiros de Belo Monte, os responsáveis pelas obras. Eu acho que seria de grande valia, porque eles terão de se explicar aqui e ser responsabilizados pelos atos dos seus funcionários.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Portanto, vamos aqui, primeiro, solicitar aos consultores da Comissão que possam trabalhar em uma legislação que evite que se tenha um alvará de bar e restaurante como um guarda-chuva que possibilite o funcionamento de estabelecimentos comerciais diferenciados. Segundo, que possamos elaborar alguns requerimentos: requerimento de convocação dos responsáveis pela obra; requerimento para chamar aqui o Prefeito da cidade; requerimento para chamar esse agente que aqui foi citado e também o chefe ou o delegado titular da Polícia Civil do Município. Portanto, primeiro, requerimento de convocação dos empreiteiros responsáveis pelas obras;



segundo, do Prefeito do Município; terceiro, do agente diretamente envolvido, ou do que foi apontado pela denúncia de que estaria envolvido com exploração sexual; e também do responsável, segundo notícias, do supostamente responsável pela concessão do alvará. Então, nós vamos apresentar esses três requerimentos à Comissão.

Passo a palavra a Lucenilda Lima, para que ela possa responder as perguntas.

Em seguida falará a Professora Dorinha Seabra Rezende, que é membro desta CPI, está conosco e representa Tocantins. Depois das perguntas da Professora Dorinha Seabra Rezende, vamos solicitar a um representante da Secretaria, ou a uma representante, caso queira compor a Mesa conosco, que possa também responder as perguntas que aqui foram feitas pela Relatora.

Tem a palavra Lucenilda Lima.

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Deputada, em relação ao que a senhora perguntou a respeito dos que estão presos e que vieram de Jirau, com certeza eles vieram no intuito de colocarem na boate, de trazerem essas moças do Sul para se prostituírem e ganhar dinheiro, porque a promessa foi de R\$ 14 mil semanais. Ninguém ganha um valor desses; vocês hão de convir comigo que não existe. Existe para o dono da boate. Se ele tiver uma boa renda, ele faz semanalmente R\$ 14 mil. Então, a questão é: quando eu fiquei que eles teriam processos por causa de Jirau, essa notícia foi passada pela própria delegada da Polícia Civil de Belém, Dra. Cristiane Lobato. Foi ela quem me passou todos esses dados, informando de que eles já respondem processo em Porto Velho pela prática do mesmo crime. Na questão das repúblicas em Altamira, nós temos uma problemática imensa com o Conselho Tutelar, porque na maioria dos casos os funcionários vêm de outros Estados, são os chamados “barrageiros”, e ficam em casas alugadas em Altamira. Em todas essas casas eles formam repúblicas. E muitas delas são pousadas também. E a maioria das denúncias que a gente recebe é de que, na madrugada, funcionários do consórcio construtor recebem adolescentes para a prática vocês sabem de quê. Em relação aos vídeos, nós recebemos uma denúncia de um vídeo em que dentro de uma piscina dois homens praticavam sexo com uma adolescente, só que da adolescente dá para ver todo o



corpo, quando abaixa na piscina, quando ela está no ato, enfim, aparece tudo, mas eles aparecem só do peito para baixo. Dá para perceber que não são funcionários comuns, porque, de acordo com o que foi passado para a gente e também para o Ministério Público, na pessoa do Promotor da Infância, Dr. Luciano, foi passado para ele também o vídeo. Só que fica difícil, porque não aparece o rosto da pessoa; aparece toda a prática acontecendo no vídeo, mas não sabemos identificar quem é a pessoa. E a adolescente que está no vídeo não fala. Ela foi encaminhada para atendimento psicossocial, todo acompanhamento, mas ela nem está mais em Altamira, porque esse vídeo estourou e todo o mundo viu que era ela. E ela, por vergonha, não disse quem era ou quem estava. Mas, na denúncia que foi feita, anônima, ao Conselho Tutelar, informaram que eram dois trabalhadores do consórcio construtor, ou seja, dois engenheiros. Percebe-se que são pessoas de idade avançada, não são homens jovens, são pessoas da terceira idade. E há também a questão de uma denúncia que recebemos. Desde o início da obra de Belo Monte, eu mesma fiz atendimento de quatro casos de crianças especiais, adolescentes especiais, portadoras de algum tipo de deficiência. Por último, há 2 semanas, recebi a denúncia de um pai. A adolescente morava com os avós paternos. Ao lado da casa dos avós há uma república, e um dos funcionários da CCBM levou-a para casa, estuprou-a, e ela está grávida. É doloroso você olhar para ela, como eu olhei dentro do meu gabinete, perguntar para ela alguma coisa, e ela responder com a minha pergunta. É doloroso a gente saber que houve uma monstruosidade tão grande por parte desse rapaz. Foi expedido o mandado de prisão dele; ela foi acompanhada pela delegada da DEAM, a Dra. Talita, que tem sido uma parceira. É uma delegada, como eu digo para ela, desculpem a palavra, “porreta”. Eu digo a ela que ela é só é pequena, mas não faz jus ao tamanho não, porque sabe trabalhar. E nós temos um delegado muito atuante também dentro de Altamira, que é o Dr. Cristiano, o Superintendente, parceiro do Conselho Tutelar. Nós precisamos de pessoas assim. Em relação, por exemplo, à obra de Belo Monte são dois sítios: o Sítio Pimental, que fica na entrada do quilômetro 27, onde havia um restaurante de fachada de “seu” Adão, que é de acesso aos canais e diques. É lá que vai ser feito o desvio do leito do rio, onde era a boate; mais para frente, no quilômetro 55, o sítio Belo Monte, onde vai ser feita a barragem de Belo Monte. Lá



existe uma comunidade chamada Santo Antônio, onde estão sendo prostituídas todas as adolescentes daquela comunidade. É incrível! Por último, houve a prisão de uma senhora dona de uma casa que era só fachada, lá dentro era um prostíbulo. Então, ela foi presa em flagrante, e continua presa em Altamira. Foi presa há 3 semanas em Vitória do Xingu. Quando a senhora fala, Deputada, de convocar o Prefeito, a senhora fala do Prefeito de Vitória do Xingu, porque o Prefeito de Altamira está lá há 2 meses. Vamos cobrar? É obrigação dele? Sim. E o Prefeito de Vitória do Xingu está no segundo mandato. Então, o que está acontecendo? Que ele seja ouvido, Vando, lá de Vitória do Xingu.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Qual é o nome dele?

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Erivando Amaral, o nome do Prefeito de Vitória, conhecido meu de infância. Fui bastante questionada, Deputadas, em relação ao Conselho de Vitória do Xingu. Eles questionaram a atuação do Conselho de Altamira, porque eles disseram que nós tínhamos a obrigação de passar a situação para eles. Imaginem eu pegar uma adolescente no estado em que eu peguei e ter de levá-la por 100 quilômetros para poder resolver a situação. A Superintendência estava dentro de Altamira. Então, acho que fiz o meu trabalho corretamente. O que eu fiz, mais ou menos há 2 semanas, foi encaminhar ofícios à Coordenação daquele Conselho de Vitória do Xingu, informando toda ação feita do Conselho Tutelar e dos demais órgãos. Quando a senhora fala também na questão de outras pessoas que estão soltas ainda, como eu disse anteriormente, preocupo-me bastante, porque ultimamente em Altamira, e eu ando nas ruas, um bom tempo atrás eu passava e via pessoas em portas, porque é costume e rotineiro no interior as pessoas estarem nas suas portas até tarde. Hoje eu passo e não conheço mais as pessoas que estão no meu Município. Eu passo por 10, 20 pessoas nas ruas, e não conheço aquelas pessoas que estão lá. Então, na maioria dos casos encaminhados ao Conselho Tutelar, bate recorde o Estado do Maranhão. Maranhenses que não respeitam um pinga nossas crianças, nossas adolescentes dentro do nosso Município. Ademais, também de Goiás, Pernambuco, então são de vários Estados, são homens vindos... A maioria deles deixa seus familiares. Eu fiz a denúncia desse cidadão do Maranhão. Ele está só em Altamira, numa república. Ele veio aqui no intuito de trabalhar e mandar o ganho para sustentar a família no



Maranhão. Só que agora ele vai ser preso. Com certeza, ele vai ser preso. E como vai ficar a família lá? Então, é toda uma preocupação que nós temos. Sou conselheira lá em Altamira e estou preocupada com a situação dos filhos dele no Maranhão. Então, é muito difícil para a gente trabalhar dentro de um órgão onde recebemos várias denúncias, onde temos uma demanda de atendimento diário de 40 pessoas dentro do Conselho Tutelar, e no entanto, antes de começar a obra, atendíamos 10, 15 pessoas. Tínhamos as problemáticas que qualquer Município tem, e a gente conseguia, com toda a nossa garra, tentar resolver as situações. Só que hoje Altamira está pedindo socorro. Altamira hoje tem um dos trânsitos mais violentos do Brasil. Eu digo do Brasil porque nós temos 98 leitos no Hospital Regional de Altamira, e a maioria deles, dos leitos, a relação da clínica é cirúrgica masculina. Eu fui esta semana porque tinha um adolescente acidentado e não consegui leito para esse adolescente porque todos os que estavam lá eram acidentados. Todos por causa do trânsito, que está um caos. Em Altamira não temos um trânsito organizado. Em Altamira não tínhamos escolas suficiente nem para os municípios daquele lugar. Nós não tínhamos creche. Hoje nós temos uma fila de mais de 300 crianças esperando vez em uma creche em Altamira. Na Creche Ruth Passarinho, lá em Altamira, nós temos uma fila hoje de espera, uma lista de 300 crianças, a maioria delas todas filhas de pais que são funcionários do consórcio construtor. Já chegaram até a querer agredir conselheiro dentro do Conselho Tutelar. Uma coisa que a gente nunca fez foi acionar a Guarda Municipal; agora, são obrigados dois guardas municipais a ficarem dentro do Conselho Tutelar. Por quê? Porque as pessoas não entendem. Nós estamos encaminhando para o Ministério Público; o Ministério Público, por sua vez, faz o seu trabalho. Mas o que tem de acontecer? É só uma coisa: que sejam cumpridas as condicionantes e que sejam construídas mais escolas, mais creches, que Altamira tenha realmente como comportar, como suportar tudo que está acontecendo. Eu convido todos vocês: visitem Altamira, visitem Belo Monte para vocês verem como é que está a situação. Se tivesse realmente havido toda uma preparação, tivesse havido responsabilidade de cada um, do Governo Federal, Estadual e até mesmo Municipal, que é o último, mas faz parte de tudo, não estaria no estado que está hoje, estaria diferente. Então, é como a Deputada disse agora há pouco a situação. E eu concordo com a senhora



plenamente, concordo porque isso vai acontecer sempre. Se hoje está acontecendo em Altamira, já está aí a construção de mais uma barragem em Itaituba. E aí vai acontecer sempre, se não houver um basta, uma maneira de parar com isso daí, que as obras aconteçam, mas não aconteçam junto com elas todos esses malefícios, que pare com isso. É o que eu peço, gente! Neste momento, eu peço não é nem como conselheira tutelar, porque o meu trabalho eu sei fazer e faço benfeito, graças a Deus. É como mãe, é como moradora de Altamira que eu peço para que seja visto realmente tudo que está acontecendo. Deem um basta, parem, vejam onde está o erro para poder consertar, porque a tendência é só piorar. Eu estou vendo o meu Município acabando-se com tudo que está acontecendo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Lucenilda.

Eu vou chamar Irina Karla Bacci, Coordenadora-Geral da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, para que ela componha a Mesa também.

Vou passar a palavra para a Professora Dorinha.

A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - Boa tarde a todos. Na verdade, eu queria dizer, tanto para a nossa Presidente quanto para a Relatora, que eu acho que o que está sendo exposto aqui por Lucenilda é uma situação que infelizmente é recorrente, porque no Estado de Tocantins nós vivemos a construção de várias hidrelétricas, várias barragens, grandes obras, e é comum uma leva de um número muito grande de pessoas que não estão envolvidas diretamente com o trabalho, a chamada rede paralela de "barrageiros" que acompanham os grandes empreendimentos. Então, na verdade, quanto você cita alguns de alguns Estados, eles vêm acompanhando as obras e seguem.

Eu acho que no processo de licenciamento deveriam ser colocadas essas condicionantes sociais. Eu não estou defendendo nenhuma situação de Prefeito ou grupo local, mas imaginem um Município que tem sua população quase dobrada, de pessoas que não têm história, que não conhecem a família, que têm poucas amarras naquela localidade.

E na verdade, quando se vai fazer... Eu participei, fui Secretária de Estado da Educação, e a gente participava do processo de negociação com os empreendedores. Normalmente são olhadas aquelas... onde vai ser afetado fisicamente, uma estrutura pontual, uma escola que precisa ser construída, uma



creche, mas é pouco discutido durante o processo de construção, que normalmente dura um bom tempo e que altera toda a lógica de funcionamento da própria localidade.

Eu acho que dentro das condicionantes do próprio licenciamento essas questões sociais deveriam ser colocadas, porque elas acompanham, sim. Eu lembro que numa discussão com determinada empresa o dono do empreendimento... Eu estava discutindo justamente essa questão da prostituição infantil e o que estava provocando, porque a gente da educação percebe isso logo: as crianças na escola, o comentário, crianças que abandonam a escola... Ele quase disse que era uma permissividade, porque como é que tanta gente sem família, tantos homens sem família poderiam ficar? Era um risco menor ter uma casa para atender do que as pessoas estarem expostas à situação de violência, de estupro e de outras naturezas.

Então, eu acho que é uma situação que precisa ser enfrentada. Eu acho que não se trata de um empreiteiro específico ou de um empreendedor, mas eu acho que dada a repetição, e o sistema que se tem organizado... E nós percebemos, nesse caso de Altamira, que é um grupo que vem caminhando, acompanhando grandes obras. Eu acho que se tem de participar do ponto de vista de uma legislação nacional que estabeleça como condicionalidade também nessa área social.

E não é só isso que está sendo apontado. Há a questão da escola, que é pontual, sim; falta, vira um caos; há a questão das estruturas de saúde. E se você for olhar um Município, a maioria dos nossos Municípios, pequenos Municípios, eles não têm, do seu dia a dia, como tirar do seu FPM o investimento para uma situação dessa quando depois, provavelmente, algumas estruturas são inclusive elefantes brancos que não vão ter demanda.

Mas isso precisa ser enfrentado, porque é um grande empreendimento, e nenhum empreendedor vai para um negócio desse sem ter lucro. Mas a gente tem de pensar no que ele causa do ponto de vista da localidade. Então, eu acho, na minha opinião tem de ser um enfrentamento do ponto de vista de condicionalidade e obrigatoriedade, de como, juntos, o Poder Público e os empreendedores vão lidar com essas questões que são recorrentes nas grandes obras.



Parabéns ao Conselho Tutelar. Eu sei que não é fácil, principalmente porque nós temos um problema crônico no Brasil: a forma como os Conselhos são estruturados, a falta de apoio em muitos casos, e em muitas situações, por mais que o Conselho queira trabalhar, os seus instrumentos são reduzidíssimos. Parabéns pelo seu trabalho.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Professora Dorinha.

Aqui nós temos uma reportagem que foi publicada em 11 de outubro de 2011: *“Com Belo Monte, violência sexual contra criança e adolescente cresce 138%”*. Dados semelhantes nós temos, enfim, igualmente assustadores, nós temos em Jirau, Santo Antônio. Enfim, é uma relação.

Então, eu vou passar agora para...

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Érika, eu acho que Glória Perez não deveria ir nem para Istambul, nem para Capadócia. Era só ela chegar a Altamira e Vitória do Xingu para ter um material até melhor, para trabalhar nessa novela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Portanto, vou passar para Irina Karla Bacci, para que ela possa discorrer e responder à pergunta que aqui foi formulada, que se concentra em saber quais foram as ações do Governo Federal para enfrentar essa situação relativa à essência de grandes obras.

A SRA. IRINA KARLA BACCI - Boa tarde a todas e todos. Primeiramente eu queria cumprimentar a Mesa na pessoa da Presidenta Deputada Erika Kokay. E queria agradecer aqui, pessoalmente, em nome do nosso Ouvidor, Bruno Renato Teixeira, a atuação da conselheira, que prontamente respondeu em toda a organização e principalmente no fortalecimento que nós fizemos da Rede de Proteção de Direitos. Ela prontamente respondeu, e acho que isso foi o protagonismo do Conselho Tutelar de Altamira. Mostra que os nossos Conselhos estão cada vez mais fortalecidos e que o de Altamira de fato é um Conselho Tutelar, para nós, modelo. E acho que isso foi motivo do sucesso da operação.

Assim que nós tomamos conhecimento da situação na região, nós deslocamo-nos imediatamente ao Pará, uma equipe da Secretaria — o Ouvidor, nosso Ouvidor Nacional, acompanhado do assessor, o Chefe de Gabinete da Secretária Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, George



Lima, e outras pessoas da Secretaria —, que primeiramente esteve com o Governo do Estado do Pará para entender ali qual ação que a Secretaria de Justiça e Direitos Humanos do Pará já estava empreendendo, também por ter sido comunicada pela Conselheira. E organizamos uma ação em conjunto com o Governo do Estado. Chegamos a Altamira, a situação já estava bastante controlada, vamos dizer assim, pela atuação do Conselho Tutelar, junto com as instituições locais. A própria Delegada Thalita teve uma atuação também bem importante. Inclusive, ontem dialogamos com a delegada, que nos passou essas informações, as mesmas que a Conselheira fez há pouco, inclusive dizendo que uma das integrantes da rede de exploração, que foi a que trouxe as mulheres e a adolescente de Santa Catarina para o Estado do Pará, está foragida. Já foi feito um diálogo da própria Delegada com a delegacia de Santa Catarina, para também tentar localizar lá no Estado, enfim. Nós fizemos toda essa atuação, conversamos com o Ministério Público do Estado, e acionamos imediatamente o Ministério Público Federal, a Conselheira Taís, do Conselho Nacional, do CNMP, do Conselho Nacional do Ministério Público, que entrou em contato com a Conselheira. Essa ação que nós da Secretaria de Direitos Humanos já vimos fazendo mais fortemente desde o final de 2010, começo de 2011, no fortalecimento da rede de direitos humanos na região, acho que foi fundamental para o sucesso da operação, porque a rede como um todo estava bastante preparada para acolher uma situação como essa. Acionamos o PPCAAM. Acompanhamos a atuação do PPCAAM lá no Estado do Pará para a proteção das moças, enfim, das mulheres e da adolescente que estavam em situação de exploração sexual no Estado do Pará. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Erika Kokay) - Obrigada, Irina.

Eu gostaria de saber se a Relatora quer fazer mais alguma pergunta. *(Pausa.)*

A SRA. RELATORA (Deputada Liliam Sá) - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputada Erika Kokay) - Eu gostaria apenas que Lucenilda pudesse discorrer sobre a estrutura do Conselho Tutelar, com que estrutura ela conta no Conselho Tutelar lá em Altamira, e com que estrutura, se ela tem notícia, dos dois Conselhos, dos Conselhos Tutelares das duas cidades, Vitória do Xingu e também Altamira.



Pergunto à Secretaria Especial de Direitos Humanos se existe qualquer movimento, porque penso que é importante que, no edital de licitação dessas obras, sejam estabelecidas cláusulas que responsabilizem os empreendedores ou as construtoras por situações como essa, porque passa a construtora a ter a preocupação de impedir a exploração sexual de crianças e adolescentes, de ficar com atenção maior acerca disso. Então, o edital de licitação, ou que estabelece a licitação, deveria, a meu ver, já contar com cláusulas em que houvesse a responsabilização das construtoras para esse tipo, para essa... porque seguramente isso é de conhecimento da construtora.

Eu até gostaria de saber se Lucenilda tem algum elemento acerca disso ou se pode contribuir com isso. Mas seguramente muitas vezes as construtoras, algumas, constroem centros de lazer para os trabalhadores e incluem como lazer a exploração sexual. Não digo que a construtora construa o espaço, mas que ela tem uma cumplicidade a partir do seu próprio silêncio na existência da situação de exploração sexual.

Então, vou perguntar a Lucenilda sobre a estrutura dos Conselhos Tutelares; segundo, se tem notícia ou se tem algum elemento de envolvimento das construtoras; e a Irina, se existe algum movimento, se existe alguma discussão no Governo, no âmbito de Governo, se é que pode dizer, sabendo que tem a função de ouvidora da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, mas algum movimento do Governo de que nós possamos ter uma legislação que, nos editais, assegure a responsabilização das construtoras, mas que a gente possa também avançar na perspectiva de contarmos com estruturas superiores, não é? Porque eu sei da preocupação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, sei da preocupação, sei da iniciativa de estar instrumentalizando os Conselhos para que possam trabalhar melhor, mas existem situações que são crônicas de mortes ou crônicas de violação anunciada.

Todos nós sabemos que, ao se instalar uma grande obra — bem como a nossa preocupação também com os grandes eventos —, vai haver um recrudescimento da violação de direitos de crianças e adolescentes. É, sem nenhuma dúvida, em função de todo esse quadro que está dado e em função do vazio que existe de legislação, de marco legal, de imposição que possa impedir que



nós tenhamos o aumento, o recrudescimento, que 138 (*falha no microfone*). Em Jirau tem-se notícia, Jirau e Santo Antônio, de 400% de aumento de casos de estupro. Ainda que se considere que a legislação está mais rígida, mais abrangente no que diz respeito a estupro — e houve essa mudança nesse curso —, ainda assim é muito preocupante. Portanto, são estas as perguntas que faço.

Vou passar a Lucenilda, para que possa responder. Passo a Irina, e em seguida desenvolvemos os encaminhamentos necessários nesta reunião.

A SRA. LUCENILDA DALCE MONTE DE LIMA - Quanto à questão da estrutura física do Conselho Tutelar, por incrível que pareça o Conselho Tutelar de Altamira é o melhor do Brasil em questão de estrutura. Sou sincera com vocês. Já estive em vários lugares, em vários Conselhos Tutelares, e sinto-me envergonhada ao chegar a muitos lugares e não ter nem água para tomar porque não há água na caixa, não há uma geladeira, não há um bebedouro, não há nada. Hoje, na estrutura do Conselho Tutelar, nós trabalhamos com 15 funcionários que são cedidos pela Prefeitura Municipal de Altamira. Nós somos cinco conselheiros, temos três motoristas, temos três vigilantes, uma secretária-executiva, uma recepcionista, duas pessoas que trabalham na cozinha, são serviços gerais, vários funcionários. No trabalho do Conselho, pela parte da manhã, das 8 às 14 horas, são dois conselheiros tutelares, são dois gabinetes disponibilizados, um para cada um, um para cada. Na parte da tarde são mais dois Conselheiros, sendo que um deles vai permanecer no plantão da noite. Temos hoje uma viatura — que nós chamamos de viatura —, uma L200, que foi conseguida através do Ministério Público, luta minha também com a antiga gestora municipal, que não tinha compromisso com a causa da infância e juventude. Para conseguir esse carro, essa L200, nós tivemos de marcar uma reunião com ela por intermédio do Ministério Público, para conseguir esse carro. Então, ela participou da reunião porque foi o Ministério Público que a convocou. Por último, nós recebemos da Norte Energia uma *van*, modelo Ducato, 15 lugares, nova, zerada mesmo, para o Conselho Tutelar. Temos uma estrutura, os gabinetes todos com computadores, recepção com computador, secretária, material de expediente, a Prefeitura passa todos os meses corretamente. Temos uma ajuda de custo, que é mandada para o Conselho, de R\$ 1.400,00 para o combustível, sendo que quando é na zona rural é colocado combustível extra. Temos também a



nossa alimentação custeada pela Prefeitura de Altamira, ou seja, pela SEMUT. Então, não tenho o que reclamar em questão, mas falta mais. Falta mais. Nós estamos precisando de que o CMDCA saia do nosso prédio, o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, acoplado ao Conselho Tutelar no mesmo prédio. A gente precisa que seja feito um novo prédio para os outros Conselhos, o Conselho de Assistência, que vá para esse prédio; que fique somente o Conselho Tutelar. Hoje, o que está mais assim — como se diz? — deixando-nos um pouco aperreados é a questão da demanda mesmo. Só são cinco conselheiros para atender a uma população imensa em Altamira. E é difícil nós recebermos casos de moradores de Altamira. Na maioria dos casos são pessoas que vão e querem transferência, porque veio da cidade e trouxe só a ressalva, pessoas que vêm e querem segunda via de certidão de nascimento, e não são registradas no cartório de Altamira. Eu tenho de entrar em contato com os cartórios de outros Estados. É toda uma burocracia. Muitos deles não querem atender pela segunda via. Lá vai o Conselho Tutelar entrar em contato com a Defensoria para que eles sejam obrigados a mandar. Então, é todo um problema que está dentro do Conselho Tutelar. Nós temos uma localidade a 1.400 quilômetros de Altamira. Desde que eu entrei no Conselho Tutelar, eu não fui lá. Eu já visitei Castelo de Sonhos. Agora, eu, depois de conselheira, eu não fui lá ainda, nem eu nem outro conselheiro. Por quê? Porque nós não temos como atuar dentro de Castelo de Sonhos. Ninguém quer ir, pela distância, 1.400 quilômetros. Do lado de Castelo de Sonhos está Novo Progresso, que tem um Conselho Tutelar. Fica a 70 quilômetros de Castelo de Sonhos. Vocês acreditam que é na divisa do Mato Grosso, bem do ladinho de Mato Grosso já, e pertence a Altamira? Então, fica difícil para a gente trabalhar dessa forma. Quando a Deputada falou da questão de um deles que está foragido, em relação à questão da boate, essa pessoa que está foragida é D. Classi, porque eu me esqueci de dar esse detalhe para vocês, que é muito importante. D. Classi foi a agenciadora. Foi ela quem pegou adolescente de Marau para Passo Fundo, de Passo Fundo para Santa Catarina. Ela quem mandou essa Tatiane, uma senhora por nome Tatiane, levar para ela. Chegando lá, ela ficou na boate dela, que é denominada de Calipiau, esse é o nome da boate dessa Classi. Fica lá, próximo a Santa Catarina, no interior, essa senhora. Ela está foragida. Ela é uma das peças chave dessa quadrilha. Em relação



também ao que foi dito da questão da Secretaria de Direitos Humanos, o Conselho Tutelar vê o bom desempenho em relação à Secretaria. Nós temos, desde 2010, visitas periódicas de Bruno Teixeira, que vai a Altamira, ele participa de reuniões, ele está sempre junto ao Conselho Tutelar, levou uma boa notícia para a gente, que fomos um dos primeiros Conselhos a serem contemplados com a construção de um novo prédio. Nós estamos lutando agora para que o Prefeito possa entrar com a parte do terreno, que a Prefeitura entre com o terreno para que seja feito um novo Conselho Tutelar, e vamos receber mais um carro, mais uma moto e toda uma estrutura que é merecida para um Conselho Tutelar de qualquer Município. E também há a questão da Ministra Maria do Rosário. Ela entrou em contato comigo pessoalmente no meu celular. Eu passei para ela toda a situação, e ela foi uma das primeiras pessoas a me oferecer proteção. E eu disse a ela que até o momento eu não me sinto ameaçada. Com certeza, se eu me sentir, sei a quem procurar. Não é dizer que depois de morta vou procurar, não. É quando eu me sentir, quando eu vir que tem alguma coisa errada, com certeza, eu sei quem vou procurar. E fico feliz também porque houve uma última reunião em Altamira, agora, com integrantes do Governo do Estado do Pará, em que nós fomos contemplados com a implantação, em maio, do Pro Paz Integrado. Vai ser construído agora o Pro Paz Integrado em Altamira, que era um sonho para a gente, ficando para traz um pedido do Conselho Tutelar, que é a construção do CAPS AD, porque hoje a droga está predominando, não só em Altamira, mas em todo o País. Mas eu tenho de lutar pela situação em que se encontra minha cidade: nossos jovens entregues a essa maldição que é o *crack*. Então, a gente precisa urgentemente, porque é uma tortura. Esta semana eu fiz o pedido de uma ação, enviei um documento para ser movida uma ação civil pública pelo Ministério Público. É uma luta, gente. Eu tenho de mandar o ofício, antes do ofício eu tenho de solicitar que a delegacia faça o pedido por intermédio do Conselho, do exame toxicológico no IML. Chegando o resultado, eu tenho de mandar para o Ministério Público, para lá ser movida um ação civil pública, para que determine ao Estado que cuide daquela pessoa que está doente, sendo que nós temos um Município que merece, já tinha de ter um tratamento. Por quê? Porque a gente manda para Belém, eles participam apenas do tratamento de ambulatório. A cada 15 dias, recebem a dose do medicamento, e a gente, enquanto Conselho, viola



direitos, porque no momento em que a gente os manda para Belém, eles ficam longe da família, longe de tudo, são violados do mesmo jeito. E, no momento em que voltam, 3 meses depois do tratamento, não tem acompanhamento, é uma luta para conseguir de novo o tratamento TFD, que é o Tratamento Fora do Domicílio. Aí fica difícil de a gente trabalhar dessa forma. É um pedido que eu faço: que haja mais tempo, que as pessoas tenham consciência que Altamira precisa urgentemente de um CAPS AD para tratamento do álcool e da droga, porque está demais em Altamira. Deputada, em relação às condicionantes, que não vai entrar como construtoras, vai entrar em questão de condicionantes, foi uma luta agora para que a nossa energia pudesse fazer a reforma e ampliação do Espaço de Convivência de Meninos e Meninas em Altamira. Nós não temos um abrigo em Altamira. Nós temos uma Casa de Passagem que de vez em quando é forçada a virar abrigo. Nós temos o ECOM em Altamira, que é o espaço de convivência de meninos e meninas, onde existem bebezinho de colo, recém-nascidos, crianças que são especiais, existe o adolescente que teve aquele problema e não quer voltar para a casa dos pais. Não encontrando terceira pessoa, nós somos obrigados a acolher. Temos aquele adolescente que é infrator e não foi determinada nenhuma medida socioeducativa para ele. Nós temos de colocá-lo lá dentro. Então, ficam todos juntos. Eu sempre digo que fazem uma salada de tudo que é ruim, porque ali fica um adolescente que já cometeu vários furtos e de repente se junta com outras crianças que não têm maldade alguma. Então, que seja visto isso também. Foi uma das condicionantes que foi imposta à nossa energia. E eles estão agora fazendo a reforma e ampliação do espaço de convivência. Mas que haja realmente uma Casa de Acolhimento, que haja uma Casa de Passagem e de Acolhimento. Essas são as coisas que eu queria pedir a vocês, e quero agradecer a oportunidade. Quero dizer que eu nunca tinha vindo a Brasília, já conheço outros Estados, mas estou muito feliz, fui bem acolhida, e não fico nem um pingo nervosa de estar diante de vocês, até porque me sinto bem, sinto-me segura perto de vocês, e espero voltar outras vezes. Está bom, gente? Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada, Lucenilda.

Eu vou justificar a ausência da Deputada Liliam Sá, que teve de se retirar em função de uma reunião da bancada do Rio de Janeiro. Nós vamos ter uma



discussão que tem um impacto direto sobre o Rio de Janeiro e o Espírito Santo, que é questão da avaliação do veto dos *royalties*. Da mesma forma, o Deputado Jean Wyllys também não pôde estar aqui em função dessa discussão e também porque está em um seminário discutindo Infância e Comunicação, um seminário com vários patrocinadores, inclusive a ANDI, que está acontecendo nesta Casa, desde a manhã do dia de hoje. Então, portanto, feitas essas justificativas, vou passar para Irina.

E só esclareço que as condicionantes são importantes e vamos trabalhar com isso. Mas do que eu falo não é das condicionantes, é da responsabilização. Que esteja claro que as construtoras têm de ser responsabilizadas, havendo situações de exploração sexual da forma como nós vimos. Então, vamos trabalhar nessa perspectiva. Na responsabilização você não precisa ter um novo marco legal acerca disso, pode ter também, mas se pode assegurar nos editais de licitação para a construção dessas grandes obras. Mas é preciso responsabilizar as construtoras em função disso, porque no mínimo essas construtoras são cúmplices pela sua omissão ou pelo seu silêncio.

Vou passar a Irina para que a gente possa caminhar para o encerramento desta audiência pública.

A SRA. IRINA KARLA BACCI - Em relação às perguntas da Deputada Erika Kokay, eu gostaria de dizer que, primeiramente, a gente tem 1 milhão de emendas parlamentares do Deputado Arnaldo Jordy, que é do Estado do Pará, para equipar os Conselhos Tutelares do Estado. Inclusive há uma proposição do Deputado para a criação de um código de ética que tenha esse exato efeito que a Deputada sugere, de que as construtoras, enfim, as empreiteiras tenham a responsabilidade sobre condicionantes sociais nos locais onde elas estão instalando, nos seus canteiros de obras. Enfim, há essa proposição já em discussão aqui nesta Casa.

Em relação ao que a Secretaria de Direitos Humanos tem discutido com essas condicionantes, como bem comentou a conselheira, a equipagem que tornou o Conselho Tutelar de Altamira o Conselho modelo, nós da Secretaria de Direitos Humanos consideramos que o Conselho modelo já faz parte de condicionantes. A Secretaria de Direitos Humanos conversou com a ELETRONORTE e com a Norte Energia de equipar a Rede de Proteção de Direitos, então o Conselho Tutelar, a Casa de Passagem, a própria Casa de Direitos. E há atualmente uma discussão



com a ELETRONORTE e a Secretaria de Direitos Humanos para implantar um projeto mais amplo de direitos humanos na região. Nós estamos em processo já de aprovação desse projeto, para apresentar à Ministra Maria do Rosário, mas já está bem desenhado o projeto com a ELETRONORTE, a nós da Ouvidoria, que estamos à frente do projeto, juntamente com a nossa Secretaria Executiva.

E aqui quero dizer, enfim, que a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos e, conseqüentemente, a Secretaria de Direitos Humanos está à disposição da CPI da CPI, para acompanhar essas denúncias. E todas essas sugestões, inclusive colocadas pela Conselheira do CAPS AD, de uma Casa de Acolhimento, nós levaremos à nossa Ministra, para que ela possa fazer o diálogo no Governo e provocar os outros Ministérios da importância de levar à região de Altamira e a Vitória do Xingu, enfim, a toda a região, equipamentos que possam acolher as necessidades psicossociais oriundas das obras que estão acontecendo na região.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Erika Kokay) - Obrigada. Quero agradecer a Irina. Quero dizer que nós temos duas sugestões: uma delas é que nós possamos analisar, e junto com a Polícia inclusive, o patrimônio das pessoas que foram presas, nesse caso específico do canteiro de Belo Monte, para que nós possamos ter uma noção exata se há algum outro tipo de processo que alimenta o patrimônio dessas pessoas que estão presas, no caso, aqueles que eram donos da boate. Então, nós vamos solicitar que esse dado seja investigado e que nos seja fornecido, entendendo que nós temos o sigilo fiscal, e que ele pode ser flexibilizado para os trabalhos da CPI.

E, em segundo lugar, nós já aprovamos aqui um requerimento de convocação dos operadores financeiros das grandes obras, ou seja, do BNDES, da Caixa Econômica, do Banco do Brasil, enfim, dos agentes financeiros da realização das grandes obras. Nós já aprovamos esse requerimento e nós queremos na próxima semana — dependendo um pouco de se a gente conseguir superar os problemas — trazer aqui a mãe da adolescente envolvida, que seguramente, em função das ameaças que ela tem sofrido, será um depoimento provavelmente reservado, mas essas condições a serem discutidas. Nós queremos fazer, Francisco, na próxima semana a realização, nós queremos fazer a discussão, convocar os representantes dos operadores financeiros, os agentes financeiros das grandes obras, para a



próxima semana, na reunião, na próxima terça-feira, dia 12 de março, às 14h30min, em plenário a ser definido. Provavelmente estaremos aqui chamando, porque já aprovamos a convocação.

Queria apenas justificar a ausência da Deputada Carmen Zanotto, que se encontra em visita oficial à Estação Antártica, a Estação Antártica Comandante Ferraz, que se localiza na Ilha do Rei Jorge, na Antártica. Então, portanto, está afastada dos trabalhos da Câmara, em função dessa visita oficial sem ônus adicionais para a Casa, do dia 4 ao dia 9 deste mês.

Portanto, com esses encaminhamentos relativos ao requerimento da convocação policial dos donos do empreendimento, do Prefeito do Município de Vitória do Xingu e também com as sugestões que aqui foram feitas para trabalharmos com proposições legislativas, com novos marcos legais, e ainda agradecendo muito a presença a Irina e também a Lucenilda, que contribuiu conosco, que queremos aqui — falo em meu nome e também em nome da Deputada Liliam Sá, que teve de se retirar em função dessa discussão dos *royalties* — parabenizá-la pela atuação como Conselheira, porque tem sido fundamental, inclusive foi fundamental para que se desbaratasse esse esquema que fere a cada uma e a cada um de nós.

É preciso ficar claro que a exploração sexual é uma cadeia, inaugura uma cadeia de vitimizações, uma cadeia de vitimizações, e que ela, via de regra, atinge as meninas e os meninos de baixa renda. A primeira vitimização é a exclusão social, a segunda é abrir mão do direito a uma sexualidade correspondente à sua faixa etária, ou seja, dos direitos sexuais dessas crianças e desses adolescentes; a terceira é: muitas vezes a fala não é escutada, a fala dessas crianças e desses adolescentes, que falam de diversas formas, e nós vimos que é um caso de crueldade profunda, que é desumanização. É uma desumanização, porque se nós falamos de humanização, devemos falar de dignidade, e dignidade pressupõe a liberdade de ser e de existir de acordo com a fase peculiar que essas crianças e esses adolescentes estão vivenciando.

Então, agradecendo muito a Lucenilda, agradecendo a participação a Irina e agradecendo a participação a todas e todos, declaro encerrada a presente audiência



pública para colher o depoimento da representante do Conselho Tutelar da região de Altamira.